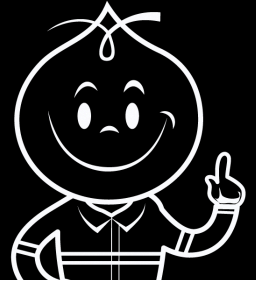


# LV 30 anos

DESDE 1988 AO LADO DOS TRABALHADORES



INTERCEL | INTERSUL | JORNAL LINHA VIVA Nº 1408 - 14 DE JUNHO DE 2018

*TST reconhece  
o direito dos  
trabalhadores  
lutarem contra  
privatização*

QUEREM  
VENDER  
SOU  
CONTRA  
BRASIL

# GREVE VITORIOSA



# GREVE VITORIOSA NA ELETROBRAS

*Tribunal Superior do Trabalho reconhece direito dos trabalhadores de manifestação contra a privatização da Estatal*

A greve nacional dos trabalhadores das empresas do Grupo Eletrobras foi uma grande vitória. Organizados contra a privatização da empresa, encaminhada pelo governo golpista de Michel Temer, os eletricitários de todo o país realizaram 72 horas de paralisação com muita força e responsabilidade.

Mesmo a tentativa da Eletrobras de impedir a justa manifestação dos trabalhadores contra o desmonte da empresa foi derrotada. O Tribunal Superior do Trabalho (TST) indeferiu o pedido da direção da empresa sobre a ilegalidade da greve. De acordo com a Decisão do Ministro do TST, Maurício José Godinho Delgado, "movimentos paredistas se constituem nos mais notáveis instrumentos de convencimento e pressão detidos pelos obreiros, se considerados coletivamente, quando de seu eventual enfrentamento da força empresarial, no contexto da negociação coletiva trabalhista". O Ministro reconhece, ainda, que a categoria observou todos os procedimentos da lei de greve e que, por isso, não considera o movimento ilegal nem abusivo. Além disso, a decisão reforça o direito dos trabalhadores de lutarem contra a privatização: "no caso concreto, numa primeira avaliação, transparece a presença de relevantes interesses profissionais no contexto da greve, porque, obviamente,

interessa ao trabalhador, particularmente aos empregados, preservar a empresa. E a defesa da empresa, por parte do trabalhador, é uma conduta e um pleito que ostentam nítido sentido econômico-profissional".

Apesar de reconhecer o direito de greve dos eletricitários, o TST concedeu liminar à Eletrobras para que fosse definido um percentual mínimo de 75% dos trabalhadores para manutenção das atividades básicas da empresa. A Federação Nacional dos Urbanitários e o Coletivo Nacional dos Eletricitários encaminharam questionamentos ao Ministro, através de embargos declaratórios, solicitando esclarecimentos quanto à forma de manutenção, uma vez que a categoria, de forma voluntária, mantinha o atendimento de 100% das atividades de emergência que impactam sobre a população brasileira.

"Nesse momento, estamos dando uma demonstração que o nosso interesse não é prejudicar a população, queremos resguardar nossos direitos e manter a Eletrobras pública, o que é bom para todos. Sem a privatização, significa que a nossa conta de luz não vai disparar, como disparou o combustível durante a semana de greve. Esse é o nosso compromisso", declarou o coordenador do CNE (Coletivo Nacional dos Eletricitários), Fernando Pereira.

## LISTA E MANUTENÇÃO DA GREVE

Após julgar os embargos, o Ministro do TST manteve a obrigação de um percentual mínimo de 75% do total de trabalhadores de cada empresa a retornarem ao trabalho. De acordo com a decisão, as entidades sindicais deveriam entrar em acordo com a direção das empresas para viabilizarem o cumprimento da medida, sob pena de multa diária de R\$ 100 mil em caso de descumprimento.

A FNU encaminhou ofício nesta terça-feira (12 de junho) à Eletrobras solicitando o envio da listagem do quantitativo de trabalhadores. O mesmo foi encaminhado, também, ao TST como prova do interesse das entidades sindicais em cumprir o que foi determinado pela Justiça. Para o CNE, a estratégia da Eletrobras era forçar o TST a multar os sindicatos,

uma vez que a empresa, sob ordens diretas do presidente Pinto Júnior, protelou a entrega das listagens de empregados convocados para cumprir a determinação judicial. Esta postura ditatorial e de falta de respeito aos eletricitários é que motiva os trabalhadores a exigirem também a demissão imediata do pior presidente da história da Eletrobras.

Na terça-feira, dia 12, a Intersul se reuniu com a direção da Eletrosul para definição da listagem, reafirmando o compromisso com a decisão judicial, mas mantendo a paralisação até o fim. Os trabalhadores encerraram o movimento vitorioso nesta quarta-feira, com saldo de união e disposição de luta em defesa da Eletrobras pública e dos direitos da categoria.

## TRABALHADORES VÃO PARAR DE NOVO

O embate com a direção da Eletrobras está longe de ter um fim. Nesta quarta-feira, dia 13, a direção da empresa cancelou unilateralmente reunião de negociação do Acordo Coletivo de Trabalho 2018/19. O motivo alegado pela Holding foi a continuidade da paralisação contra a privatização. Novamente a direção utiliza desculpas esfarrapadas para travar a negociação do ACT. Esta postura é uma constante da gestão Pinto Júnior, especializada em atacar e coagir os empregados para viabilizar a política entreguista do governo ilegítimo de Michel Temer.

Na luta por um ACT justo e pela Eletrobras pública, dirigentes sindicais estiveram reunidos com o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM), cobrando que os projetos de privatização que tramitam na casa não sejam postos em pauta.

Com uma greve vitoriosa contra a privatização, os trabalhadores já tem nova data para mobilizar a categoria em defesa da Eletrobras. A partir do dia 25 de junho os trabalhadores entram em greve por tempo indeterminado, na busca por um ACT justo, pela demissão de Pinto Júnior e na defesa do patrimônio do povo brasileiro.



EXPEDIENTE  
Linha Viva é uma publicação da INTERCEL e da INTERSUL  
Jornalista responsável: Paulo G. Horn (MTE 3489/SC)  
Conselho Editorial: João Roberto Maciel  
Rua Max Collin, 2368, Joinville, SC | CEP 89216-000 | E-mail: sindsc@terra.com.br  
As matérias assinadas não correspondem, necessariamente, à opinião do jornal.

# TRIBUNA LIVRE

## RELATIVIZAR A DITADURA É ACEITAR SEUS CRIMES

*Por Paulo Guilherme Horn, jornalista da Intercel e Presidente do Sindinorte*

Os pedidos de intervenção militar que aparecem insistentemente nos últimos tempos me fizeram escrever este texto. Eu nasci em 1985 e não vivenciei a ditadura e, talvez por isso, algumas pessoas que defendem a volta dos militares utilizem isso como argumento para desqualificar minha visão. É verdade, eu não vivi. Assim como, por exemplo, não vivi o holocausto na 2ª Guerra mundial, mas conheço as histórias dos horrores cometidos pelos nazistas. Um livro de história e boa vontade fazem grande diferença.

Porque é tão fácil para algumas pessoas relativizarem a ditadura militar no Brasil? "Não morreu tanta gente". "Só quem era bandido é que se deu mal". "Eu vivi na ditadura e nunca tive um problema". Essas frases ecoam na boca do "cidadão de bem", aquele que reverbera o senso comum em cada frase. Volta e meia, quando percorro as Agências Regionais da Celesc, um empregado tenta me convencer que é só com a volta dos militares que o Brasil terá jeito. Eu sempre digo pra ele: "amigo, além de jornalista eu sou presidente do sindicato. Se fosse na ditadura e, se fosse possível, eles me matavam duas vezes".

A liberdade de imprensa foi tolhida pelo "regime". A censura virou prática, jornalistas foram presos, foram torturados e foram mortos. Alguns jornais foram interditados. E alguns, que apoiaram o golpe (e continuam apoiando) prosperaram. A morte de Vladimir Herzog virou um símbolo da luta pelos direitos básicos da população. O que diria ele, vendo essa turma que pede intervenção?

Durante o período ditatorial, os direitos dos trabalhadores também foram atacados. As lutas operárias foram massacradas por um regime que aumentou a desigualdade no país. Aumentou muito e fez propaganda do milagre econômico brasileiro, aquele que além de endividar o país, não representou melhora nas condições de vida da extrema maioria do povo. Ao final da década de 70, as greves do ABC explodiram. Sindicatos sofreram intervenção e foram fechados. Lideranças foram presas, torturadas e a imprensa sindical foi proibida. Comemoramos este ano 30 anos de publicação do jornal dos Eletricitários. O Linha Viva foi criado em 1988 e só foi um sonho possível, por conta da redemocratização.

O fato é que pessoas morreram porque pensavam diferente. Em 1964 o golpe militar se apoiou em um cluio de empresários, meios de comunicação e militares, que venderam o medo do comunismo. João Goulart,

que havia assumido a presidência após a renúncia de Jânio Quadros - mas que não era um golpista ilegítimo, como Temer (Jango era vice-presidente do Brasil, tendo sido eleito para o cargo em votação separada do presidente, conforme as regras eleitorais da época) - foi acusado de montar uma república sindicalista, com tendências comunistas e com defesa de projetos populares como reforma agrária, voto para pessoas não alfabetizadas e aumento de direitos trabalhistas.

Homens, mulheres e crianças foram brutalmente torturados porque tiveram coragem de se insurgir contra a "ordem". Essa mesma ordem que hoje leva uma parcela da sociedade a pedir a volta da ditadura. Pedir pelo retorno dos militares ao poder é o mesmo que abrir mão dos seus direitos fundamentais, dos direitos mais básicos do ser humano. Liberdade de expressão, liberdade de escolha, tudo fica em segundo plano em prol de uma questionável "ordem". E sim, ordem é a única coisa que há em um regime ditatorial. Porque, quando eles mandam ou você obedece, ou você some. Some escondido para eles não te acharem ou some porque eles te acharam.

A Comissão da Verdade fez um belo trabalho, mesmo com todas as dificuldades impostas pelas viúvas da ditadura - muitas delas ainda ocupando cargos políticos. Arquivos de outros países agora ajudam a montar o quebra-cabeça do horror. Geisel sabia e encorajava a perseguição, tortura e morte de opositores do regime, diz um telegrama da embaixada americana, recentemente descoberto. O atentado do Rio Centro foi feito pelos próprios militares, para retardar a abertura política, diz outro documento americano. Nos países latino-americanos, ao término da ditadura os militares foram julgados, condenados e presos por crimes contra a humanidade. Aqui, anistiamos estes criminosos. Um erro, que nos custa caro até hoje. Talvez seja por isso que alguns ainda justifiquem os crimes dos ditadores. Porque eles nunca foram punidos. Essa impunidade passa uma imagem de aceitação do horror que a ditadura causou em quem pensava diferente. Quanto à falta de empatia do povo que defende a volta dos militares, me lembra uma frase que li de Vladimir Herzog: "Quando perdemos a capacidade de nos indignarmos ante atrocidades sofridas por outros, perdemos também o direito de nos considerarmos seres humanos civilizados".

## CELESC

### COMEÇA DATA-BASE

*Assembleias regionais debatem pré-pauta*

A campanha de data-base dos trabalhadores da Celesc teve início esta semana. Os sindicatos que compõem a Intercel estão percorrendo os locais de trabalho para entregar a pré-pauta de reivindicações para o Acordo Coletivo de Trabalho 2018/19. De 18 a 21 de junho serão realizadas as Assembleias Regionais, onde os trabalhadores debaterão as cláusulas, retirando propostas que serão debatidas na Assembleia Estadual. A unificação da pauta será em Lages, dia 4 de Agosto.

O Acordo Coletivo de Trabalho deste ano é cerado de expectativas por conta dos momentos políticos e econômicos do Brasil e de Santa Catarina e pela corrida pela sucessão governamental. É, mais uma vez, momento de união e mobilização dos celesquianos em defesa dos seus direitos e da manutenção da Celesc Pública.

# CUTUCADA

*A volta dos que não foram*

Enquanto muitos aguardam ansiosos para poder saírem PDI, há quem tenha assinado a rescisão, mas continue a dar expediente na Celesc. A situação bizarra acontece em Joinville, onde uma ex-chefe continua mandando. Mantém a sala, o cafezinho, a vaga na garagem. Até o email, que para quem sai de férias é cortado, permanece ativo para ela. O pior é que, mesmo já não sendo funcionária da empresa, ela tem acesso irrestrito na regional e continua a dar ordens, importunando a quem ficou e quer trabalhar. Trabalhadores tem procurado o sindicato, indignados com a situação. A Diretoria de Gestão já foi cobrada pela Intercel, em reunião da CRH. Será preciso parar a Regional para resolver uma situação tão absurda?

# DEDO NA FERIDA

*Documentário debate o capital*

O cineasta Silvio Tendler, autor de sucessos como “Os Anos JK”, “Jango” e “O Mundo Mágico dos Trapalhões” (este filme vendeu 1,9 milhões de ingressos), acaba de lançar seu décimo longa documental, “Dedo na Ferida”, no mercado carioca. A estreia em São Paulo, onde o filme participa da mostra competitiva da Mostra Ecofalante, acontecerá dia 21 deste mês. Mesma data de Porto Alegre. Antes, será lançado em Fortaleza (nesta terça-feira, 5 de junho) e em Brasília (quinta, 7).

“Dedo na Ferida” foi eleito o melhor documentário pelo júri popular do Festival do Rio, ano passado, participou da competição latino-americana do Festival de Havana e do Festival de Cinema Político da Argentina. Aos 68 anos, Tendler, cuja filmografia soma 80 curtas, médias e longas-metragens, feitos para cinema e TV, segue trabalhando incansavelmente. Está finalizando dois longas, um baseado em livro do rabino Nilton Bonder e outro sobre o poeta Ferreira Gullar. E arquitetando muitos outros, simultaneamente. “Só vou parar de trabalhar”, avisa, “quando morrer”.

Em 2011, problemas de saúde o deixaram tetraplégico. O cineasta Nilton Nunes registrou aqueles momentos difíceis no longa documental “Silvio Tendler – A Arte do Renascimento”. Aos poucos, o cineasta foi recuperando seus movimentos (“de paraplégico passei a paratésico”, esclarece) e, hoje, segue dedicado integralmente a seus dois principais ofícios: as aulas de cinema na PUC-Rio e a realização de documentários. “Continuo trabalhando como nunca. É o que me mantém vivo. Dou aula há 40 anos e filme há 50 anos. Não pretendo pendurar as chuteiras tão cedo”.

Para discutir o sistema financeiro internacional e, em especial, o capital especulativo e o poder do sistema bancário, Tendler reuniu, em “Dedo na Ferida”, time de entrevistados pouco recorrente no documentário e mídia brasileiros. Caso do jovem economista Guilherme Mello, da Unicamp, da espanhola Maria José Fariña, do boliviano Oscar Oliveira, do italiano Gianni Tognoni, do professor David Harvey, da New York University, do cineasta Constantin Costa-Gavras, do ex-ministro das Finanças da Grécia, Yanis Varoufakis, dos economistas Ladislau Dowbor, Paulo Nogueira Batista Jr. e do surpreendente Keith Katley (também empresário). A eles, somam-se o sociólogo português Boaventura de Souza, a arquiteta Raquel Rolnik e a econo-

mista Laura Carvalho, ambas da USP, o líder do MST, João Pedro Stédile, e o do MSTST, Guilherme Boulos, o embaixador Celso Amorim e o jornalista Luís Nassif.

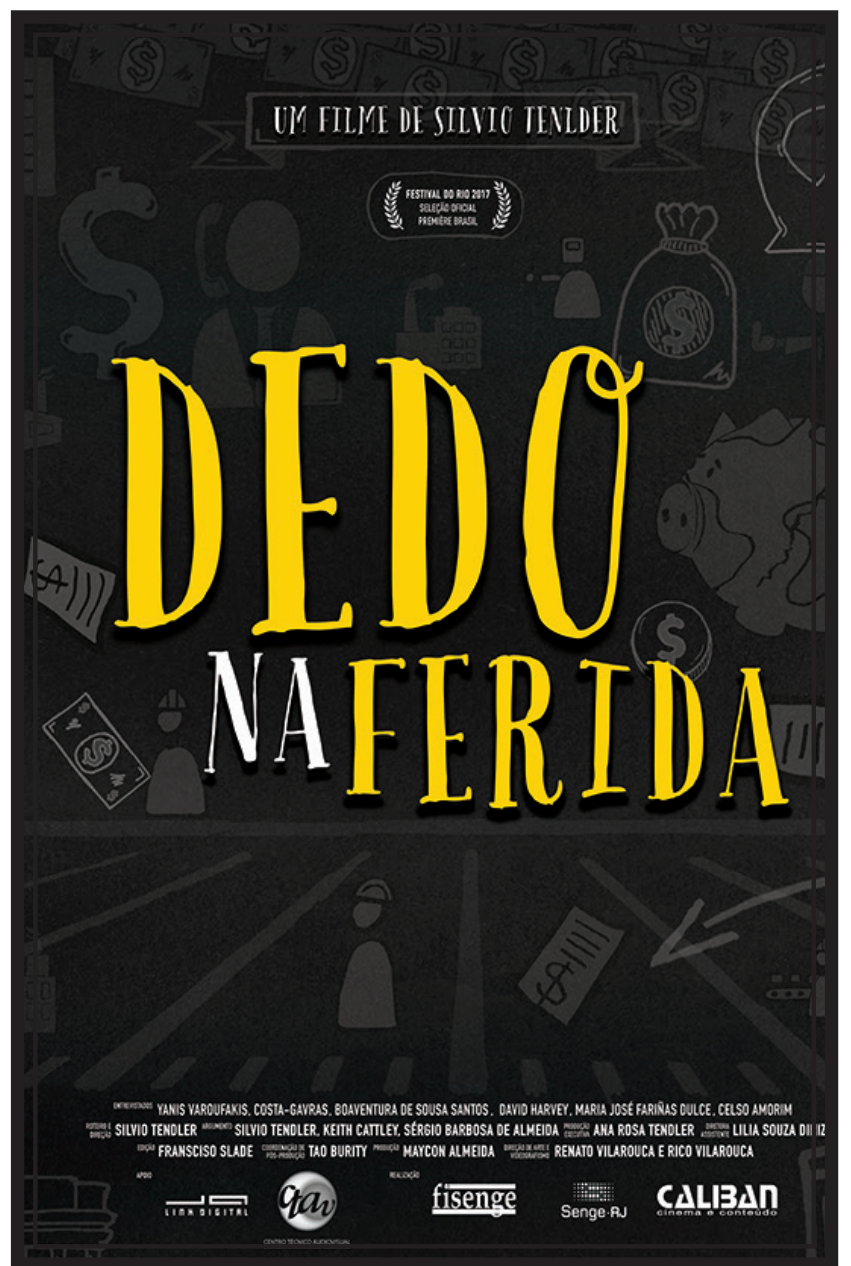
Com seu costumeiro bom humor, Silvio lembra que “ter um filme com esse ‘cast’ é um luxo. Espero que o espectador goste de minhas escolhas”. E acrescenta: “um documentário deve ser surpreendente e, para isso, é importante buscarmos fugir do trivial simples, do banal. Foi o que fiz em ‘Dedo na Ferida’”.

Oito dos nove longas-metragens anteriores de Tendler são documentários. Em um só, “Castro Alves – Retrato de um Poeta”, teve que recorrer, à larga, à encenação ficcional (com os atores Bruno Garcia, Dira Paes e Tereza Freire), pois só dispunha de três imagens do poeta baiano.

“Dedo na Ferida” soma aos depoimentos, imagens de arquivo, animações gráficas e textos-legenda, que dão ênfase a ideias-chave do filme. O que demonstra que Tendler segue fiel ao documentário de depoimentos, em momento em que a vertente mais valorizada é a dos filmes mais subjetivos e sensoriais.

O cineasta se sente, com esta opção, remando na contramão? Ele responde: “eu sempre fugi dos modismos que determinam as trivialidades. O cinema tem formas que não obedecem fórmulas. Quando os ‘billnichollinianos’ abominavam a narração off eu segui os ensinamentos do mestre (Cris) Marker e continuei utilizando o off. Sempre trabalhei com imagens de arquivos que recentemente geraram uma safra de filmes, muito dos quais repetem imagens que usei nos meus filmes”. E avisa: “sempre caminhei na contramão e ‘Dedo na Ferida’ segue nessa trilha inovando com a figura do podólogo Anderson (Marinho Ribeiro), que viaja rumo ao trabalho consumindo o mesmo tempo que o espectador leva para assistir ao filme”.

O diretor de “Glauber – Labirinto do Brasil” faz questão de lembrar que “cada filme é bem diferente do outro”, pois “o cinema não pode, nem deve, obedecer a formulário padrão”. E detalha: “com ‘Anos JK’ discuto democracia, com ‘Jango’, desenvolvimento social, com ‘Marighella’, a



luta armada, com ‘Castro Alves’, o artista engajado, e com ‘Glauber’, o artista revolucionário. ‘Josué de Castro’ fala da fome e ‘Milton Santos’, do globalitarismo. Em ‘Dedo na Ferida’, discuto o sistema financeiro internacional. Cada filme aborda uma realidade diferente”.

Em “Utopia e Barbárie”, seu mais assumido diálogo com o cinema do mestre francês Cris Marker, de quem foi colaborador, Tendler abriu espaço para o grupo Ceiperiferia, do cineasta Adirley Queirós, com atuação marcante na maior das cidades-satélite de Brasília, a Ceilândia. Agora, ele abre espaço para um trabalhador e um grupo teatral da periferia (Anderson Ribeiro Marinho, de Japeri, e o Grupo Código).

O documentarista explica como tais grupos e pessoas entraram em seu universo narrativo: “quando fiquei tetraplégico, tive muitas cuidadoras oriundas da Baixada Fluminense e elas me contavam suas desditas nos transportes públicos”. Já, “o Grupo Código conheci nos idos dos anos 2000, quando fiz um filme para o Sesc, ‘Correndo Atrás dos Sonhos’. O material que filmei com a turma do Código está também em ‘Encontro com Milton Santos’. Quanto ao Anderson, ele é meu podólogo. Juntei tudo, todas estas vivências e materiais, e o resultado foi a presença deles no ‘Dedo na Ferida’. Por isso, digo que cinema não tem fórmula”.

Jean-Claude Bernardet, estudioso do cinema documental e autor de livro seminal (“Cineastas e Imagens do Povo”) assegura que a produção documental brasileira se nega a enfrentar três temas: Forças Armadas, Capital Financeiro e Mídia.

Tendler acha a ideia de Bernardet instigante, mas não coloca a carapuça. Afinal, rebate, “fiz um longa e uma série de TV sobre os militares (‘Militares que Disseram Não’)”. E, agora, acrescenta, com “Dedo na Ferida”, enfrente o Sistema Financeiro”. O público pode esperar um filme de Tendler sobre o terceiro tema-tabu, a Mídia?

O documentarista carioca diz que “sim, podem esperar”. Já que, “há algum tempo, venho ruminando o tema e logo entrarei no tema mídia. Me devo isso”.